Contemporâneos
Revista de Artes e Humanidades

DA SOBERANIA ÀS BIOPOLÍTICAS: A MEDICINA COMO INSTRUMENTO DE GOVERNO E A INSERÇÃO DA VIDA BIOLÓGICA NA CONTEMPORANEIDADE

Ismael Gonçalves Alves[1]

Resumo:
Este ensaio busca, através da matriz foucaultina, discutir a problemática da passagem do poder soberano para o biopoder ocorrido entre os séculos XVIII e XIX. Fundado sobre o princípio do domínio e da submissão, o poder soberano, tinha por objetivo primeiro, a administração da territorialidade, o controle sobre a guerra, o poder de vida e morte sobre os seus súditos. Ao contrário do que ocorria na sociedade de soberania, as biopolíticas, que investem sobre a vida, visando seu prolongamento, intensificando suas forças e resignificando suas práticas, no intuito de utilizar os indivíduos conforme as pretensões do Estado. Este imbricamento entre o poder soberano e os biopoderes, colocou definitivamente o indivíduo-espécie na dinâmica do poder, a fim de prolongar e acentuar a existência humana de forma calculada; gerindo de forma racional os indivíduos e seus fenômenos próprios.

Palavras-Chave: Soberania; Biopolíticas; indivíduo-espécie; Poder.

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Profª. Dr ª. Ana Paula Vosne Martins – PGHIS/UFPR. Bolsista CAPES.

From sovereignty to biopolitics: medicine as an instrument of government and insertion of biological life in Contemporaniety

Abstract:
This essay aims, through Foucaudianos studies, to discuss the problem of transition from sovereign power to bio-power that happened between the eighteenth and nineteenth centuries Founded on the principle of domination and submission, the sovereign power, had as the first goal, the administration of territoriality, control over the war, the power of life and death over the subjects. Unlike what happened in the society of sovereignty, bio-politics, which invests about life, seeking its extension, increasing their strength and giving other meanings to their practices in order to use individuals as the claims of the state. This interweaving of the sovereign power and bio-power, definitely put the individual-species in the dynamics of power in order to extend and enhance human existence in a calculated way; rationally way of managing individuals and their own phenomena.

Keywords: Sovereignty, Bio-politics, Individual-species; Power.

Introdução

Este ensaio objetiva problematizar a inserção do corpo biológico sobre o espaço da política ocorrido na passagem do século XVIII para o século XIX, quando nas sociedades ocidentais instalou-se uma nova estratégia de poder, que tinha na vida dos seres humanos a essência de seu domínio. Através das análises estabelecidas por Michel Foucault e outros teóricos, buscarei apresentar algumas reflexões que evidenciam o surgimento de uma nova modalidade de poder – as biopolíticas. Este novo modelo político, substitui o antigo princípio do poder soberano de “fazer morrer e deixar viver” pela ideia de “fazer viver e deixar morrer”, primando pelo prolongamento da vida em todas as suas instâncias.

Apresentado em cinco tópicos, este ensaio busca num primeiro momento discutir as concepções filosóficas sobre a vida, destacando as noções gregas de *zoé e bios*, na qual ambas eram definidas a partir de sua inserção (ou não) na vida pública. O segundo tópico disserta sobre a inserção da vida despolitizada no espaço político, dimensionando a passagem do poder soberano – que possuía o domínio sobre os corpos, dispondo deles da maneira que melhor quisesse – para as biopolíticas na qual população passou a ser entendida como a medida de riqueza do Estado. Esta nova modalidade de poder constitui-se em uma série de processos globais no qual o objetivo final é a manutenção da vida. O biopoder não agiu somente sobre o indivíduo e seu corpo privatizado, mas também, sobre os fenômenos coletivos que podiam afetá-lo, por isso, inserido nos mecanismos de governo, ele necessitava estar constantemente medindo, calculando e agindo sobre tais acontecimentos, no intuito de prolongar a vida e evitar a morte.

> A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e, inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (FOUCAULT, 2010, p. 281)

Na seção seguinte, apresento o surgimento da medicina social e suas implicações na sociedade moderna, onde esta se tornou a responsável por articular boa parte das políticas

Figura 01: Liberdade na polis [s/n; s/d]

estatais direcionadas a população. No quarto tópico, a partir da gênese apontada por Michel Foucault, buscarei compreender como a medicina aos poucos ocupou papel de destaque na gerência e no controle da população, tendo no médico o seu maior expoente, pois ele "exerce um poder sem controle, sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte" (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 234), medicalizando condutas e classificando anomalias, conforme padrões de regularidade forjados pela sociedade burguesa. No último tópico apresento as considerações finais.

***Bios e Zoé:* uma breve inserção sobre as concepções filosóficas da vida**

Entre os gregos do período clássico, diferente da concepção difundida a partir da modernidade, o termo vida era entendido em um duplo sentido, semântico e morfologicamente distintos entre si: *zoé* – o simples fato de viver, comum a todos os seres (deuses, animais e humanos); e *bíos* – maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Para a sociedade grega, a *zoé*, ou seja, a vida física e a saúde, ficavam restritas ao âmbito do privado, sobre a administração do *pater familiae* e seus poderes, completamente suprimida de liberdade. A fim de teorizar os motivos que levaram a vida nua – despolitizada – a penetrar nos domínios da política, Giorgio Agamben, na introdução do livro *Homo sacer,* percorre as obras aristotélicas e platônicas, afirmando que ambos os filósofos não poderiam empregar o termo *zoé* em seus escritos, pois seus questionamentos não se reportavam a simples vida natural, "mas uma vida qualificada, um modo particular de vida" (AGAMBEN, 2002, p. 09). No pensamento clássico grego, a simples vida natural, animalesca, repleta de necessidades biológicas era excluída da

polis e encarcerada nos domínios da *oíkos* (casa), onde permanecia como mera vida reprodutiva – nascer, crescer, envelhecer e morrer.

Para os gregos, a *polis* era o principal espaço de atuação política humana, na qual todos aqueles que se libertassem de suas necessidades vitais, poderiam tornar-se livres, construindo o mundo comum através de seus feitos e palavras. Para Hannah Arendt, baseada em acepções aristotélicas, a *polis* era a mais elevada forma de convívio humano, fundamentada na plena liberdade e independência entre os pares. Dela ficavam excluídos os escravos, os bárbaros asiáticos e os reinos de governos despóticos; sem nunca estigmatizá-los como inferiores ou inumanos.

Esta noção antiga de igualdade/liberdade apresentada por Hannah, em nada tem a ver com as noções modernas de justiça e igualdade de condições; na antiguidade clássica, o que distinguia a convivência dos homens da *polis* de outras formas de convívio humano, era o seu aspecto de liberdade, condição indispensável de toda coisa política. Viver na *polis* era a garantia de imortalidade para os homens, pois ela preservava a memória da ação coletiva sem que para isso fosse necessário ser um deus ou um semideus, "os homens ingressam na vida política em busca da imortalidade terrena" (ARENDT, 1989, p. 65). Para os gregos, a liberdade não se dava apenas através do eu, mas da interação do eu com os outros no espaço público. A *polis* era este espaço de igualdade política onde não existiam governantes e governados, por seu caráter dialógico permitia a todos os homens livres agir, ou seja, nesta ideia de política apresentada no período clássico, a liberdade não era um objetivo, mas um meio que possibilitava aos homens possuírem uma vida livre.

> Ser-livre e viver-numa-*polis*, eram num certo sentido, a mesma e única coisa. A propósito, apenas num certo sentido; posto que para poder viver numa polis, o homem já deveria ser livre em outro sentido – ele não deveria ser subordinado como escravo à coação de um outro nem como trabalhador à necessidade do ganha-pão diário. Primeiro, o homem precisava ser livre ou se libertar para a liberdade, e esse ser livre do ser forçado pela necessidade era o sentido original do grego *schole* ou do romano *otium*, o ócio como dizemos hoje. [...] Essa libertação realizava-se através do domínio absoluto que o dono da casa exercia sobre o seu domicílio. (ARENDT, 1998, p. 47-48)

A partir das considerações aristotélicas sobre vida e política encontradas nos pensamentos de Hannah Arendt e Giorgio Agamben, é possível afirmar que na antiguidade clássica a *zóe* – como representante de todas as características biológicas comuns dos seres vivos – não possuía relevância alguma para a esfera política e, por isso não foi capturada pelos mecanismos políticos, ficando restrita apenas a esfera do privado; “o homem durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; [...]” (FOUCAULT, 1990, p.127).

O advento da modernidade inaugura uma nova tradição no pensamento ocidental a respeito da concepção de vida (*zoé*), no qual o biológico passa progressivamente a ocupar um lugar de centralidade nos direcionamentos políticos. Para Agamben, o ingresso da vida plenamente biológica na esfera da *polis* constitui-se em um elemento decisivo da modernidade, transformando radicalmente as categorias político-filosóficas do pensamento clássico (AGAMBEN, 2002, p.12). Esta intersecção entre a vida puramente animalesca e apolítica e, a esfera pública, delineia seus primeiros passos na passagem do século XVIII para o XIX, quando os indivíduos-espécie entraram nos cálculos e nas estratégias das engrenagens do poder. Isso é o que poderíamos denominar, de acordo com as perspectivas de Michel Foucault, de “assunção da vida pelo poder: [...] uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico [...]” (1999, p.287-288). O debate proposto a seguir, insere-se neste tocante, buscando estabelecer uma conexão entre a ascensão da vida biológica e os mecanismos de controle operados pelo Estado.

O Biológico como problema de governo: do poder de fazer morrer ao poder de fazer viver

Para Michel Foucault, no limiar do século XVIII esboçou-se na ocidentalidade uma nova problemática geral de governo, que instituiria, na ordem jurídica, novas prerrogativas a respeito de uma ciência de governo; aquilo que seria a arte de bem governar ou o de bem gerir a população. Analisando todo um conjunto de escritos relativos à arte de governo, Foucault, traça um paralelo entre *O Príncipe* de Maquiavel e toda uma literatura anti-maquiavel produzida do século XVI ao século XVIII, que refutava os princípios da teoria jurídica do soberano na qual se buscava incansavelmente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder. No pensamento de Maquiavel, o governante deveria ser hábil na administração de seu

principado, demarcando os perigos e manipulando as relações de força existentes em seu interior. Esta ação permitia a construção de uma sólida amarração entre seus súditos e o território, pois o governante desta literatura estava numa relação de exterioridade, singularidade e transcendência com relação a seu principado, constituindo junto a ele laços puramente sintéticos.

> [...] o príncipe está em relação de singularidade, de exterioridade, de transcendência em relação ao seu principado; recebe o seu principado por herança, por aquisição, por conquista, mas não faz parte dele, lhe é exterior; os laços que o unem ao principado são de violência, de tradição, estabelecidos por tratado com a cumplicidade ou aliança de outros príncipes, laços puramente sintéticos, sem ligação fundamental, essencial, natural e jurídica, entre o príncipe e seu principado. Corolário deste princípio: na medida em que é uma relação de exterioridade, ela é frágil e estará sempre ameaçada, exteriormente pelos inimigos do príncipe que querem conquistar ou reconquistar seu principado e internamente, pois não há razão *a priori*, imediata, para que os súditos aceitem o governo do príncipe. Deste princípio e de seu corolário se deduz um imperativo: o objetivo do exercício do poder será manter, reforçar e proteger este principado, entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e o território, o principado objetivo, mas como relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos. (FOUCAULT, 2010, p.279)

Nesta concepção política de governo, o poder soberano teve como principais desígnios, até a modernidade, a conquista e a preservação dos territórios sobre os quais este engendrava sua autoridade. Fundado sobre o princípio do domínio e da submissão, este Estado tinha por objetivo primeiro, a administração da territorialidade, o controle sobre a guerra, o poder de vida e morte sobre os seus súditos, enfim, toda a estrutura administrativa e jurídica que estava focada principalmente no bem gerir o espaço geográfico, no qual os indivíduos entravam no circuito do poder, apenas como um apêndice do território conquistado ou adquirido.

> [...] o Príncipe da época da renascença teve que reagrupar em torno dele um certo número de atividades, um certo número de saberes, de conhecimentos, de práticas, um certo número de indivíduos que eram veículos culturais, é porque certamente ele tinha enorme razão, digamos, imediatamente utilitária; que tratava-se, é verdade, de criar em torno do Príncipe um núcleo de competências permitindo-lhe justamente afirmar

> seu poder político sobre as antigas estruturas feudais ou, em todo caso, sobre as estruturas anteriores. (FOUCAULT, 2009, p.15)

O poder de vida e morte sobre todos os súditos era uma das principais prerrogativas do soberano, que poderia dispor dela nos casos em que a sua própria existência fosse colocada em perigo, ou em momentos no qual a sua autoridade fosse questionada. Era-lhe lícito, em tempos de guerra, requerer que seus súditos expusessem suas próprias vidas, em defesa do Estado, garantindo-lhe desta forma um direito indireto de vida e morte. Ao mesmo tempo, quando um dos seus se levantasse contra o soberano ou infringisse a lei, então, este poderia exercer um poder direto sobre a vida, a título de punição e castigo. (FOUCAULT, 1990, p.127)

Neste sentido, o poder soberano só exercia o poder sobre a vida quando acessava o direito de matar, reivindicando para si um domínio assimétrico sobre o biológico "o direito de vida e morte era um de seus atributos fundamentais" (FOUCAULT, 1999, p.286). Ao constituir um contrato social que estabelecia o poder do soberano, os indivíduos delegavam a ele o poder total de dispor sobre suas vidas. Da mesma forma que o soberano garantiria a existência de seus súditos protegendo-os, ele poderia requerer o direito de exercer sobre eles o poder de vida e morte em favor de seus interesses e do Estado. Praticado essencialmente como uma instância de confisco, de subtração e apropriação de bens, riquezas, serviços, produtos e de sangue imposto aos súditos, "o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida e suprimi-la" (FOUCAULT, 1990, p. 128).

Intimamente ligada à ascensão do capitalismo industrial, a sociedade disciplinar desloca seu foco de atuação da organização da territorialidade para os corpos individuais e individualizantes; extraindo deles maior produtividade e força, ao mesmo tempo em que engendrava docilidade maximizando competências e diminuindo resistências. Diferente do que ocorria com a sociedade de soberania entre XVII e XVIII, na qual interessava ao poder a submissão incondicional dos súditos, a sociedade capitalista industrial captura os indivíduos, seus corpos, trajetórias, enfim, constrói mecanismos disciplinares que percorrem tanto o corpo individual quanto o coletivo, com a finalidade de gerir equilibradamente da própria vida, extraindo dela total submissão política. O

Estado moderno, nesta nova concepção mecânica de poder, incide com maior força sobre os corpos e o que eles fazem do que sobre a terra e seus produtos "é um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riquezas" (FOUCAULT, 1990, p.42). A zoé entra definitivamente no ciclo do poder.

O confisco deixou de ser a principal forma de ação do poder, integrando-se a outras funções de controle, vigilância, e organização das forças; esta nova arte de governar não se referia de maneira alguma ao território, mas um conjunto de "coisas" que deveriam ser geridas pelo soberano, "governar um Estado significará [...] estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto o do pai de família" (FOUCAULT, 2000, p.128). Este desdobramento do poder sobre a vida ocorrido durante a passagem do século XVIII, pode ser apreendido sob dois pólos, a anátomo-política e as biopolíticas.

O primeiro pólo desta gestão da vida foi centrado essencialmente sobre o corpo individual, sobre o corpo máquina, que buscava considerar o indivíduo ao nível do detalhe, aumentando suas forças, multiplicando aptidões, produzindo efeitos individualizantes; uma manipulação meticulosa do corpo que majorava suas energias em termos econômicos de utilidade, ao passo que diminuía estas mesmas forças em termos políticos de obediência, "[...] o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas" (FOUCAULT, 2007, p.118). Ligadas a imperativos econômicos e políticos, estas novas tecnologias organizadas em torno das disciplinas utilizarão procedimentos já conhecidos pela civilização ocidental – nas fábricas, oficinas, conventos, prisões – que se estruturam em torno da lógica de funcionamento disciplinar.(MAIA, 2003, p.82)

As disciplinas asseguraram a construção de corpos dóceis e codificáveis, manipuláveis em todos os sentidos, elas esquadrinharam espaços, calcularam gestos, aumentaram habilidades. A vida entrou em um maquinário do poder que a articula e a recompõe, individualizando corpos que devem ser constantemente vigiados, utilizados, adestrados e eventualmente punidos. Este poder disciplinarizador forjou uma mecânica própria, que visava acompanhar o homem-corpo desde seu nascimento até sua morte, escolas, fábricas, asilos, uma capilarização do poder em todos os níveis da sociedade, que buscava

anotar, esquadrinhar, deslocar, utilizar e vigiar os indivíduos em todos os momentos de sua vida, estabelecendo no corpo um "elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada" (FOUCAULT, 2007, p.119). Esta nova configuração da vida, submetida ao nível do detalhe, alicerçará as bases de um poder que não será mais individualizante, mas sim massificante, o controle sobre o biológico se deslocará do homem-corpo para o homem-espécie; controles reguladores que serão denominados de biopolíticas.

> [...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer [...] (FOUCAULT, 1999, p.287)

Nesta nova modalidade de poder o governo passa a ser então definido como uma maneira correta de dispor das coisas, conduzindo-as em favor do bem comum, isolando-se problemas específicos da população, desenvolvendo suas forças produtivas, gerindo de forma racional os indivíduos e seus fenômenos próprios.

> O Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo. (FOUCAULT, 2000, p.286)

A população aparecerá na passagem no século XVIII para o XIX como objetivo final de governo, no sentido de aumentar-lhe suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde e produtividade, através de técnicas específicas que agem diretamente sobre os indivíduos e suas relações com o meio. São campanhas que agem diretamente sobre o biológico, permitindo aumentar sua produtividade, suas taxas de natalidade, seu tempo de sobrevida, controle sobre as fronteiras, sobre a produção de alimentos, mecanismos de autoridade que buscavam prolongar e acentuar a existência humana de forma calculada, ou seja, uma gestão racionalizada – da política e da economia – sobre a vida.

> [...] eis que a população,como vocês estão vendo, aparece como uma realidade muito mais densa, espessa, natural, do que aquela série de súditos submetidos ao soberano e a intervenção da polícia, mesmo em se tratando da polícia no sentido lato e pleno do termo, tal como era empregado no século XVII. E, com isso, se a população é efetivamente dotada dessa naturalidade, dessa espessura e desses mecanismos internos de regulação, [....] vai ser preciso que o Estado assuma, não mais propriamente os indivíduos a serem submetidos, e a serem submetidos a uma regulamentação, mas essa nova realidade. (FOUCAULT, 2008, p.473)

O poder do soberano perde suas prerrogativas de morte, apoiando-se em dispositivos que garantam, mantenham e desenvolvam a vida. A partir desta regulamentação calculada da população nascem as biopolíticas, que investem sobre a vida visando a intensificação das forças e o fortalecimento da raça (RAGO; FUNARI, 2008, p.16). O campo de intervenção das biopolíticas da população se concentrará sobre fenômenos aleatórios e imprevisíveis que apareceram como efeitos econômicos e políticos. São mecanismos reguladores da população – previsões, estimativas, medicalizações – que irão fixar equilíbrio e compensar baixas "se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração" (FOUCAULT, 1999, p.293). Cada vez menos direito de fazer morrer; o poder intervirá no sentido de prolongar a vida, controlar os acidentes, dirigir as eventualidades e combater a morte; que passa a ser entendida como o único momento em que o indivíduo escapa deste poder centralizador "[...] a morte é o limite [...] o ponto mais secreto da existência, o mais privado" (FOUCAULT, 1990, p.130).

Figura 02: Ofélia (1851-52). John Everett Millais

Inserido no maquinário do poder, o corpo social e suas múltiplas cabeças, irão ser sutilmente geridos através de mecanismos etéreos como: seguros saúde, seguro velhice, caixas de previdência, controle de natalidade, cuidados higiênicos com a família e as crianças, no qual a medicina será o elemento mais importante que agirá sobre a população e o corpo. O imbricamento entre a anátomo-política e as biopolíticas, visavam, então, uma gestão regularizada da vida de toda a população, no qual o Estado passa a se ocupar da saúde de todos, reforçando através de uma aliança com a medicina sua atuação nos mais íntimos espaços da vida pública e privada.

> O poder médico apresenta-se como uma autoridade competente para a gestão da vida e da morte, no mundo urbano-industrial: da orientação às mães nos cuidados maternos a orientações das práticas sexuais lícitas e ilícitas, da definição das identidades sexuais às teorias da degenerescência. (RAGO; FUNARI, 2008, p.19)

Este saber técnico constituído pelo conjunto medicina e higiene, no século XIX, vai ser o mais importante atributo das biopolíticas sobre os corpos, transformando-se em um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o individual e o coletivo, garantindo a inserção controlada dos sujeitos no aparelho de produção, principalmente através do ajustamento dos fenômenos populacionais aos processos econômicos. Segundo Foucault, o capitalismo deu passagem de uma medicina privada, extremamente individualista e com discretas ações no conjunto social, para uma medicina da coletividade, buscando, desta forma, atuar com maior eficácia sobre "o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência" (FOUCAULT, 1990, p.135). O nascimento da medicina social como realidade biopolítica será um dos mais proeminentes espaços de atuações do capitalismo industrial sobre a população. Representada pelo médico, como é possível perceber na alegoria abaixo, ela vai percorrer todos os espaços da vida cotidiana em busca de desvios, interrogando, subtraindo, examinando os mais íntimos recônditos da vida humana, a fim de encontrar irregularidades que coloquem em risco o bem estar da coletividade. Inculcando a necessidade de expor ao exame, todos os sujeitos foram obrigados a se submeter a seu poder inquisitório.

Este entrelaçamento entre a medicina e os biopoderes a fim de instituir sobre o ser humano-espécie um minucioso processo organizacional com o poder de administrar,

controlar e formar as populações, será tratado no próximo tópico, como um dos principais espaços de poder dos Estados modernos, que reorganizaram seus aparelhos médicos nas minúcias com o objetivo de cercar todos os momentos da vida da população.

Figura 03: Visitando o médico de família. Normam Rockwell

Da medicina social: a organização da vida no detalhe da saúde

Gerir a população no detalhe foi uma das questões fundamentais que envolveram Estado na passagem do século XVIII para o século XIX. Principal "fonte" de riqueza da nação, a população deveria ser administrada em suas minúcias, através de mecanismos sutis e duradouros que objetivavam aumentar sua fortuna, sua duração de vida e saúde, dirimindo os impactos negativos do meio, ao mesmo tempo em que aumentava sua utilidade e docilidade, a serviço da manutenção de um Estado forte e poderoso.

> [...] o surgimento progressivo da grande medicina do século XIX não pode ser dissociado da organização, na mesma época, de uma política da saúde e de uma consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e que elas devem tentar resolver ao nível de suas decisões de conjunto. (FOUCAULT, 2010, p.80)

Para Michel Foucault, a evolução do controle estatal sobre a população, no que diz respeito à saúde e ao bem-estar, se deu através da medicina moderna, ou seja, a construção de um saber

sobre o indivíduo como biológico e, uma consciência da doença como problema político e médico com profundos impactos sobre a organização do Estado. Para esta "nova" medicina, desenvolvida nos Estados modernos, não importava apenas saber quais as doenças faziam o maior número de indivíduos morrerem, lesionando a nação, importava para ela, saber do que estas pessoas não morreriam mais, através da construção se um saber sobre o homem saudável, do homem não doente, idealizando os indivíduos através de uma espécie modelo[2].

> A medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do *homem saudável*, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do *homem não doente* e uma definição do *homem modelo.* Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive. Situa-se nesta zona fronteiriça, mas soberana para o homem moderno, em que uma felicidade orgânica, tranqüila, sem paixão e vigorosa, se comunica de pleno direito com a ordem de uma nação, o vigor de seus exércitos, a fecundidade de seu povo e a marcha paciente de seu trabalho. (FOUCAULT, 2008, p.37-38)

Nesta aproximação do saber médico entorno dos aparelhos de Estado, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, o corpo é socializado enquanto força produtiva, como mãos hábeis ao trabalho. Neste sentido, o controle da sociedade sobre os indivíduos não se operou somente ao nível da ideologia, começou pelo corpo, "foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista" (FOUCAULT, 2010, p.80). Governar sobre o signo da razão foi uma das principais mudanças ocorridas nos centros de poder do Estado moderno, a corte do príncipe deveria ser reorganizada expulsando de seu convívio os "impostores", astrólogos e as bruxas com seus conhecimentos empíricos, e instaurar entorno do príncipe um verdadeiro corpo de conselheiros dotados da moderna arte de governar, "a constituição da razão de Estado é o remanejamento de todas essas manifestações de verdade que estavam ligadas ao exercício do poder e à organização da corte" (FOUCAULT, 2009, p.17).

2 Para maiores informações ver: FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Figura 04: O Charlatão. Gerrit Dou (1662)

Figura 05: O médico. Gerrit Dou (1653)

As imagens acima, de autoria de Gerrit Dou, desvelam o embate entre a ciência, alicerçada sobre o médico, e a cultura popular, representada pelo charlatão, que envolta por quinquilharias e superstições, fundadas no obscurantismo, é expulsa do mundo da racionalidade. A medicina moderna, ao instalar-se do lado direito do príncipe, como um dos mecanismos que "fundaram" a razão de Estado – imbuída de um conhecimento primeiramente empírico e em seguida científico sobre o corpo e seus atributos biológicos – tratou de criar estratégias coordenadas de governo sobre a vida, tornando o sujeito foco central do seu saber-poder. Esta nova realidade científica fundada sobre o profundo conhecimento do sujeito-espécie, a partir do século XIX, faz nascer um certo saber "da individualidade, do indivíduo normal e anormal, dentro e fora da regra, práticas sociais, de controle e vigilância sobre a população" (FOUCAULT, 2001, p.07), que buscavam incessantemente impor uma norma, uma regra totalizadora que transformava o homem em alvo e objeto da medicina.

> [...] o biopoder envolve um ou mais discursos de verdade sobre o caráter 'vital' dos seres humanos; um conjunto de autoridades consideradas

> competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção na existência coletiva em nome da vida e da saúde; e modos de subjetivação, nos quais os indivíduos atuam sobre si próprios em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva. (RABINOW; ROSE, 2006, p. 56)

Tendo em vista este novo domínio sobre a vida – o corpo como objeto – o capitalismo industrial socializou o corpo social enquanto força de trabalho, pois este era imbuído de uma realidade biopolítica, sendo a própria medicina parte desta realidade biopolítica. Neste sentido, a medicina deixa de ser entendida como um assunto de cunho totalmente particular, para na modernidade assumir um aspecto fortemente social motivado pela centralização do poder estatal e pelo desenvolvimento capitalista. São estas novas noções de organização da estrutura governamental entorno da saúde dos indivíduos e das coisas que trataremos a na seção a seguir.

Experiências biopolíticas: Alemanha, França e Inglaterra

Entendido pela ótica da racionalidade técnica e política, o corpo passou a ser percebido como um objeto passível de manipulação e aperfeiçoamento, em proveito do Estado moderno. O indivíduo só interessava ao aparelho administrativo estatal na medida em que poderia contribuir como uma força produtiva e defensiva para a manutenção do Estado. Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 152), os administradores necessitavam de um saber detalhado não apenas de seu próprio Estado, mas também sobre os outros. Se o objetivo desta racionalidade política era o poder do Estado, então, ele deveria ser mensurado em termos de força, visto que todos os outros Estados estavam jogando o mesmo jogo político. Desta forma o bem-estar e a sobrevivência da população eram as principais medidas de força que balizavam o poderio do Estado moderno.

Para Michel Foucault, a evolução da medicina social, um dos principais instrumentos de controle do Estado, pode ser entendida a partir das análises de três estruturas governamentais: medicina de Estado, surgida na Alemanha; medicina urbana francesa ligada ao espaço urbano; e a medicina da força de trabalho desenvolvida na Inglaterra como fruto da industrialização e da necessidade de manutenção da força de trabalho sadia e qualificada. Constituídas sobre bases institucionais diferentes, os três modelos elencados possuem um fio condutor comum: o fortalecimento da população e do Estado.

Na Alemanha, o aparato médico teve sua gênese fortemente atrelada aos mecanismos de Estado – Medicina de Estado – e desenvolvendo-se com o intuito de erigir uma nação poderosa vinculada a uma população forte e saudável capaz de defender o país; construindo uma prática médica centrada na melhoria do nível de saúde dos indivíduos, formando-se assim o que seria uma política médica de Estado, a noção de *Medizinichepolizei.* Tendo em vista a construção de uma população altamente qualificada, foi necessário ao Estado normatizar e submeter os médicos e suas práticas a um rígido controle central, que também estatizou e aperfeiçoou os corpos em suas minúcias a serviço de uma nação vigorosa e hígida "[...] elementos a partir dos quais o capital humano poderá primeiro ser melhorado, segundo ser conservado e utilizado pelo maior tempo possível" (FOUCAULT, 2008, p.318).

Este controle sobre os elementos da população pode ser dividido em quatro modalidades. Primeiramente podemos citar a construção de um eficaz sistema de coleta de informações, onde era possível, através dos relatórios médicos e hospitalares das diversas regiões do país, procurar estabelecer o quadro apurado e confiável sobre a morbidade entre a população. Em segundo lugar, outro fenômeno para o qual Foucault chama a atenção, é a normalização das práticas e dos saberes médicos, deixando para que estes decidissem em que consistiria a formação clínica, ficando a cargo do Estado apenas os programas de ensino, e as atribuições dos diplomas.

Outra modalidade pertencente à medicina de estado diz a respeito da formação de um ministério, de uma administração central, que fiscalizaria e observaria toda a atividade médica exercida no país, recolhendo uma série de dados sobre epidemias, tratamentos, reações aos tratamentos, que depois seriam redistribuídas através de ordens centralizadas, facilitando o controle dos mais diversos problemas de saúde existentes no país, colocando assim a prática médica sobre a chancela do Estado. O quarto e último ponto desta medicina fortemente estatal foi a criação de um corpo de funcionários médicos nomeados pelo governo, responsáveis pelo exercício da medicina em determinadas regiões do país, "[...] ela leva em conta os problemas da população, que deve ser a mais numerosa e a mais ativa possível – para a força do Estado: portanto, saúde, natalidade e higiene nela encontram sem dificuldade um lugar importante" (FOUCAULT, 2008, p.433). Esta medicina estatal foi responsável por garantir corpos aptos e hábeis, que deveriam servir aos interesses do Estado, formando a força capaz de ser usada em conflitos políticos e econômicos.

> [...] nenhum Estado ousou propor uma medicina tão nitidamente funcionarizada, coletivizada, estatizada quanto a Alemanha desta época. Vê–se, por conseguinte, que não se passou de uma medicina individual a uma medicina pouco a pouco e cada vez mais estatizada, socializada. O que se encontra antes da grande medicina clínica, do século XIX, é uma medicina estatizada ao máximo. Os outros modelos de medicina social, dos séculos XVIII e XIX, são atenuações desse modelo profundamente estatal e administrativo já apresentado na Alemanha. (FOUCAULT, 2010, p.85)

Na França, segundo as análises Foucaultianas, desenvolveu-se uma medicina social implementada pela burguesia e voltada para o espaço da cidade, a higiene das habitações, o controle de hospitais e cemitérios, enfim uma ordenação do tecido social que buscava "harmonizar" o convívio dentro do espaço urbano. Era preciso criar um forte instrumento de controle sobre os despossuídos, esquadrinhando todos os recônditos da cidade em busca de focos endêmicos, possíveis ameaças de revoltas e seres indisciplinados que ameaçavam a ordem burguesa "[...] tomar corpo numa prática [de] regulamentação indefinida do país de acordo com o modelo de uma organização urbana densa" (FOUCAULT, 2008, p.08).

Buscando conter e organizar as grandes concentrações populacionais impulsionadas pela elevada industrialização das cidades; o governo lançou mão de um conjunto de técnicas de regulamentação espacial que buscava frear a desorganização dos grandes centros urbanos, que unidos a um desfile infindável de diversos seres sombrios, gerava uma série de pequenos pânicos que Foucault chamou de medo urbano: medo das fábricas, dos amontoados, dos cemitérios, das epidemias, dos acúmulos, etc.

> É então que aparece e se desenvolve uma atividade de medo, de angústia diante da cidade. [...] "Todas as vezes que homens se reúnem, seus costumes se alteram; todas as vezes que se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde". Nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as

> quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. (FOUCAULT, 2010, p.85)

Para controlar estes fenômenos médicos e políticos, desenvolveu-se um inusitado mecanismo – a medicina urbana – com o objetivo específico de analisar lugares de acúmulo no espaço urbano; todas as anormalidades que poderiam provocar e difundir epidemias e endemias. O controle da circulação, não se restringiu apenas aos indivíduos, mas tudo o que se relacionava com a cidade, do ar que era respirado até águas que as cortavam de ponta a ponta. Foi neste momento, que se construíram as grandes avenidas, os grandes espaços públicos; colocando abaixo os cortiços e os aglomerados populacionais. A medicina social francesa permitiu que as habitações dos pobres fossem violadas, tocadas e esquadrinhadas, a fim de garantir a exiguidade dos ambientes; mas a mesma não permitiu que corpo do pobre fosse tocado, pois este fazia parte da instrumentalização cotidiana do Estado, sendo ele o responsável pela entrega de cartas, pelo recolhimento do lixo, dos trapos, dos móveis velhos, ou seja, ele exercia funções fundamentais na organização do espaço urbano.

A medicalização da cidade implementada pela medicina social francesa proporcionou a aproximação da medicina e da química através da análise das condições do ar e da água; o exame mais complexo das relações entre os organismos e o meio; e o surgimento da noção de salubridade que permitiu assegurar melhores condições de saúde aos indivíduos, favorecendo a formação da noção de higiene pública, que balizaria a medicina social francesa do século XIX.

> Esta higiene, como regime de saúde das populações implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle.
> E, antes de tudo, sobre o espaço urbano em geral: porque ele é, talvez, o meio mais perigoso para a população. A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constituem fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos habitantes. A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar. (FOUCAULT, 2010, p.85)

No exemplo inglês de medicina social, ou medicina dos pobres, ou ainda, da força produtiva, o operário não foi o primeiro alvo, mas sim o último. Pois este aparece como problema político e social, somente em meados do século XIX, quando a Europa enfrentava uma série de revoltas populares, que procurava colocar abaixo a hegemonia burguesa. Na Inglaterra, foi com a *Lei dos Pobres* que a medicina tornou-se definitivamente social, viabilizada por uma série de outras estratégias que possibilitaram o controle médico da população, pois as mesmas "funcionam como órgão de vigilância que uma classe social privilegiada exerce sobre as outras, mais desprotegidas e, por isso mesmo, portadoras de perigo coletivo". (FOUCAULT, 2010, p.194)

Frente a estes novos problemas colocados pela gerência do corpo social, o Estado lançou mão de uma série de táticas que visavam garantir a manutenção da força de trabalho e ao mesmo tempo isolar de forma segura as camadas mais abastadas da sociedade. A partir dessa época, decidiu-se dividir o espaço urbano das grandes cidades, em espaços de pobres e ricos, pois a coabitação destes sujeitos em um mesmo tecido citadino era considerado um perigo sanitário e político para a cidade, que deveria ser planejada para que ambas camadas da sociedade possuíssem o menor contato possível. (FOUCAULT, 2010, p.94)

Para conter possíveis sublevações de uns contra os outros, foi necessário criar mecanismos de controle e fixação que sujeitasse os primeiros às ordens dos segundos, ou seja, era necessário "organizar o múltiplo, [...] obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo, [a fim] de lhe impor uma ordem". (FOUCAULT, 2007, p.135) Desta forma, criaram-se novas estratégias de poder que possibilitaram modelar o corpo, conhecer e controlar os fenômenos populacionais. Entendidos como os principais focos de doenças (sejam elas físicas ou morais) os bairros operários foram os primeiros espaços a serem tocados pela mão da medicina social, pois esse era o local em que residia boa parte da classe trabalhadora, e também, onde "os germes do Cólera, do Tifo, da febre Tifóide, da Varíola e de outras doenças devastadoras, propagam-se no ar pestilento e nas águas poluídas".(ENGELS, 1979, p.21)

Foi neste contexto de subordinação da classe trabalhadora que o saber médico aliado às políticas impositivas estatais consolidaram-se reciprocamente, formulando uma série de dispositivos que visavam esmiuçar os mais recônditos espaços da vida biológica. Estes mecanismos estavam relacionados ao estudo de estatísticas, de crescimento

vegetativo (nascimentos e mortes), epidemias, estudos demográficos e a reorganização do espaço urbano. Legitimando o discurso capitalista de intervenção no cotidiano dos trabalhadores, este tipo de medicina definiu como objeto de estudo as doenças endêmicas e epidêmicas tais como a Tuberculose, Cólera, Tifo, Sífilis e o alcoolismo. Esses males, entendidos como responsáveis pela baixa produtividade industrial, foram perseguidos implacavelmente pela medicina que nunca os erradicava totalmente, pois eles estavam sempre ali, à espreita, esperando o momento oportuno para despertar e envolver toda a cidade em seu rastro de morte.

Percebidas como difusora de doenças infecto-contagiosas, em torno da população operária criou-se uma série de medos políticos a sanitários. A burguesia, mesmo alojada em bairros mais limpos e arejados, cortados por largas e amplas avenidas, sabia que, "o anjo exterminador [da morte] é tão implacável com eles como com os trabalhadores". (ENGELS, 1979, p.21) Apoiados nos discursos médico-higienista, os capitalistas trataram de criar uma vasta literatura sanitária a fim de normatizar a vida e as vilas operárias, criando e formando comissões para analisar as condições sanitárias dos bairros operários, onde discurso médico era imposto pela força policial. Com pretensões de mudar hábitos, moradias e as condições de vida do proletariado, os bairros operários passaram por intensas transformações urbanísticas e espaciais. Criaram-se regras e padrões para a construção dos novos bairros, os quais se destinavam às periferias citadinas. Ao destruírem os bairros considerados insalubres, inevitavelmente a burguesia empurrava estas populações em direção aos subúrbios, de onde rapidamente se alastravam tocando novamente a área central da cidade.

> Qualquer que seja o motivo, o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e becos mais escandalosos desaparecem, a burguesia glorifica-se altamente com estes grandes sucessos – mas ruelas e becos reaparecem imediatamente e freqüentemente muito próximos. (ENGELS, 1979, p.49)

Essa assistência controlada permitia que as classes dominantes ajudassem os pobres a satisfazer suas necessidades de saúde dirimindo a pobreza, ao mesmo tempo em que as protegia, criando no interior da cidade um cordão de isolamento sanitário que separava os ricos dos pobres, garantindo que as classes abastadas não fossem atingidas

pelas epidemias oriundas das camadas populares. A ação intervencionista do Estado no corpo social, apoiada pelos médicos, garantiu a proteção das classes dominantes, afastando o perigo que os pobres representavam para toda a sociedade. A alegoria abaixo apresentada busca (re)construir um retrato do poder/saber médico. Envolta pela objetividade, imparcialidade e pelo pragmatismo, esta figura tornou-se corriqueira no interior dos lares de todas as camadas sociais. Impondo-se como autoridade legítima e legitimada, através de uma suposta taxonomia social, o poder médico separa a razão da irracionalidade, a sanidade da loucura, a vida da morte, a saúde da doença, criando tipos específicos de sujeitos passíveis de intervenção e isolamento.

Figura 06: O doutor. Luke Fildes s/d

Segundo Foucault, este sistema assistência-proteção, assintência-controle, foi complementado pelos *health Service* e *health officers*, que tinham como funções: o controle e vacinação obrigatórios, organização e registro de epidemias e a localização e ação sobre os lugares insalubres. Essas ações diretas da medicina no corpo social

provocaram uma série de pequenas sublevações contrárias às imposições do Estado. Estes pequenos levantes tinham como objetivo uma série de reivindicações como: direito de não serem atendidos pela medicina oficial, o direito pelo controle do próprio corpo, de estar doente, de se curar, ou de morrer. Este novo sistema de saúde construído em torno da população pobre possibilitou a criação de um controle indiscriminado sobre as camadas populares: a assistência médica aos pobres, o controle de sua força de trabalho e o esquadrinhamento da saúde pública, possibilitando que as classes abastadas se livrassem dos perigos irradiados pelos populares.

Ao atrelar-se junto aos mecanismos de governo, a medicina moderna passou a ocupar um espaço privilegiado da governamentalidade. Este movimento procurou aplicar o uso racional de recursos e de novas tecnologias na expansão de campanhas profiláticas (imunizações em massa, controle de epidemias e saneamento) sobre as populações mais pobres ou excluídas do processo de acumulação do capital. Nos Estados modernos, o sanitarismo – uma versão da medicina social inglesa – transformou-se em um dos "carros chefes" do projeto médico-social, que se tentou implementar junto às populações carentes, dos grandes centros industriais a partir do início do século XX. Autorizados pelo Estado, os profissionais da saúde passaram a fazer parte do espaço social em que os personagens principais eram os pobres urbanos, ocupando postos de destaque na administração das cidades. Estes profissionais passaram a analisar meticulosamente o cotidiano destas populações, figurando entre suas principais preocupações, o estado de saúde dos indivíduos, suas condições de vida e habitação, seus hábitos e costumes. Através de políticas sanitárias, os médicos trataram de implementar uma série de ações normativas que tentavam reverter os efeitos negativos das doenças sobre a produção de capital; em última instância, era sobre a força de trabalho que atuaria o sanitarismo.

Considerações Finais

Segundo as análises estabelecidas por Michel Foucault, a partir do século XVIII, a população passou a ser entendida como a medida de riqueza do Estado. E assim, para garantir sua perfeita manutenção em proveito do Estado, proliferaram-se uma série de mecanismos voltados para a gerência da população, denominados pelo autor de biopolíticas. Esta nova modalidade poder, que substituiu o poder soberano, constitui-se

em uma série de processos globais cujo objetivo primordial era a manutenção da vida: políticas de natalidade, campanhas de vacinação, controle de doenças, estatísticas, número de casamentos, nascimento e mortes, etc. A articulação e a administração das técnicas do biopoder aumentaram consideravelmente o controle do Estado sobre a população. O aparelho administrativo estatal colocou o bem-estar em termos de necessidades e felicidades das pessoas. Vale frisar que ambos eram objetivos pelos quais os governos anteriores se dedicavam, porém no momento analisado por este ensaio, estas relações foram invertidas. As necessidades já não eram mais concebidas como um fim em si mesmas, nem como integrante de um discurso filosófico que buscava uma essência. Elas foram, então, consideradas instrumental e empiricamente como meios de aumentar o poder estatal "os administradores do estado expressaram seu conceito de bem-estar humano e de intervenção [...] em termos de questões biológicas, tais como reprodução, doença, trabalho e dor". (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 154)

Por fim, através das análises desenvolvidas ao longo do texto, podemos sugerir que o biopoder procurou individualizar as estratégias de atuação sobre os sujeitos combinando algumas dimensões de ação política sobre a população: um discurso de verdade com relação aos seres vivos; a construção de um corpo de especialistas autorizados em proliferar estas verdades; estratégias de atuação coletiva com poder de vida e morte sobre os indivíduos. Neste sentido, podemos entender as biopolíticas como modalidade de poder característico dos Estados modernos, que garante através de seus mecanismos coercitivos a imposição da vida biológica sobre a política, definindo as populações que deveriam ser geridas e cuidadas, estimuladas e multiplicadas; e aquelas que simplesmente deveriam morrer.

Referência das Imagens:

Figura 01: O doutor. Luke Fildes
http://2.bp.blogspot.com/_zscXS78ro5Q/SxqejRL87oI/AAAAAAAAAxQ/eWHzUD13XFY/s400/The_Doctor

Figura 01: Liberdade polis.
http://stoa.files.wordpress.com/2009/03/ancient-athens-rhetors-politicians.jpg?w=363&h=340

Figura 02: Ofélia. John Everett Millais (1851-2)
http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2008/02/129_1249-Of%C3%A9lia.jpg

Figura 03: Visitando o médico de família. Normam Rockwell
http://1.bp.blogspot.com/_zscXS78ro5Q/Sxqe3sqiHdI/AAAAAAAAAxo/5ulN6IXzkvY/s400/visiting+the+family

Figura 04: O Charlatão. Gerrit Dou (1662)
http://1.bp.blogspot.com/_fGbNjy2kz9I/TBF-VdpfqDI/AAAAAAAAIpI/98HU0XCUZaY/s320/14_gerrit_dou_o+charlatao_1652.jpg

Figura 05: O médico. Gerrit Dou (1653)
http://4.bp.blogspot.com/_fGbNjy2kz9I/TBF-PiPkpYI/AAAAAAAAIpA/Gmi9vBXxULs/s320/12_gerrit_dou_o+medico.jpg

Figura 06: O doutor. Luke Fildes
http://2.bp.blogspot.com/_zscXS78ro5Q/SxqejRL87oI/AAAAAAAAAxQ/eWHzUD13XFY/s400/The_Doctor

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *O que é política?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica:* para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ENGELS, Friederich. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: PUC, 2001.

_______. *Do governo dos vivos:* Cursos do Collège de France, 1979-1980. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_______. *Em defesa da sociedade:* curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_______. *História da sexualidade 1:* a vontade de saber. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_______. *Microfísica do poder.* 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_______. *O nascimento da clínica.* 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_______. *Segurança, território e população.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_______. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MAIA, Antonio Cavalcanti. Biopoder, biopolítica e o tempo presente. In: NOVAES, Adalto (org.). *O homem máquina:* a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RABINOW, P. e ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. In: *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais.* nº 24, abril de 2006.

RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo. Antigos e modernos: cidadania e poder médico em questão. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). *Subjetividades antigas e modernas.* São Paulo: Annablume, 2008.

Recebido em agosto de 2011
Aprovado em setembro de 2011
Arte: Daniela Araújo